

PUBLICIDADE

Congresso investiga grilagem na Bahia

Área equivalente a cinco vezes o tamanho de Salvador é alvo de disputa que envolve o cônsul da Guiné-Bissau no Brasil e sua mulher

André Borges, O Estado de S.Paulo

07 Dezembro 2018 | 05h00

BRASÍLIA - Uma disputa judicial por uma área de 366 mil hectares localizada na região oeste da Bahia – equivalente a cinco vezes o tamanho de Salvador – culminou em **acusações de grilagem de terras e fraudes de documentos**. Entre os supostos beneficiários do negócio estaria o cônsul de Guiné-Bissau no Brasil, Adailton Maturino dos Santos. As denúncias chegaram nesta semana ao Congresso e serão investigadas pelos parlamentares.

As terras da chamada **“Fazenda São José”, localizada no município de Formosa do Rio Preto**, estão hoje nas mãos da JJF Holding de Investimentos e Participações. A empresa foi criada por José Valter Dias, que até então se apresentava como único dono da área, em sociedade com seu filho Joilson Gonçalves Dias, e a advogada Geciane Souza Maturino dos Santos, mulher do cônsul de Guiné-Bissau.

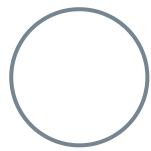


Adailton Maturino dos Santos, cônsul de Guiné-Bissau no Brasil Foto: Vaner Casaes/Alba

Além de ter a empresa em nome de sua mulher, **Adailton Maturino dos Santos seria o responsável por fazer supostas negociações com produtores rurais que vivem na fazenda.** Esses produtores alegam

que são obrigados a pagar valores extorsivos para permanecerem no local, chegando a entregar até 80 sacas de soja por hectare da terra que utilizam. Adailton nega as acusações e diz que os produtores é que são os grileiros.

PUBLICIDADE



Ver novamente

inRead invented by Teads

O caso deverá ser alvo de investigações pelo Congresso, por meio da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Na última terça-feira, em audiência na Câmara, os deputados da Comissão de Agricultura afirmaram que José Valter Dias, um dos sócios da JJF, teria adquirido as terras por meio de papéis sem validade, passando a extorquir produtores que se instalaram na região há 30 anos.

Santos, por outro lado, acusa os produtores do Paraná, que chegaram na região nos anos 80, de serem os grileiros. O cônsul afirma que, em 2015, o Tribunal de Justiça da Bahia já havia determinado o cancelamento de matrículas e registros de um total de 336 imóveis erguidos na Fazenda São José.

Nas diversas vezes em que analisou o caso nos últimos anos, **a Justiça deu decisões distintas** sobre quem, efetivamente, seria o dono da terra. O imbróglio permanece sem solução e, nesta semana, chegou ao Congresso. O deputado Osmar Serraglio (PP-PR) disse que o caso será encaminhado à Polícia Federal, Ministério Público e Receita Federal para ser investigado.

Adailton Maturino dos Santos – que também se manifestou em nome da mulher – disse que lamenta que “parlamentares estejam sendo levados a equívocos a ponto de confrontarem com decisões da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça”.

O advogado dele, Guilherme Serpa da Luz, citou a Operação Oeste Legal, deflagrada em agosto de 2016 pelo Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), como prova da desarticulação de grileiros na região e afirmou que há muitas informações falsas circulando sobre o assunto.

Para aos deputados, as investigações precisam explicar, por exemplo, como Dias, que era borracheiro, seu filho e Geciane criaram a JJF com capital social de R\$ 580 milhões.

As disputas pela área remontam há 30 anos, quando o próprio Dias se apresentou como herdeiro das terras. O caso ficou parado, até que, há um ano, um juiz concedeu liminar dando posse a ele. A decisão se baseava em um inventário de 1915, que não definia os limites do terreno. O Ministério Público da Bahia classificou a decisão judicial como um “passe de mágica” que acabou por atingir uma área imensa no Estado, mesmo sem nunca ter sido medida.

Mais conteúdo sobre:

[Formosa do Rio Preto \[BA\]](#)

[Salvador \[BA\]](#)

[Justiça](#)

[CNJ \[Conselho Nacional de Justiça\]](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

PUBLICIDADE

SIGA O ESTADÃO

PUBLICIDADE

Cupons Estadão

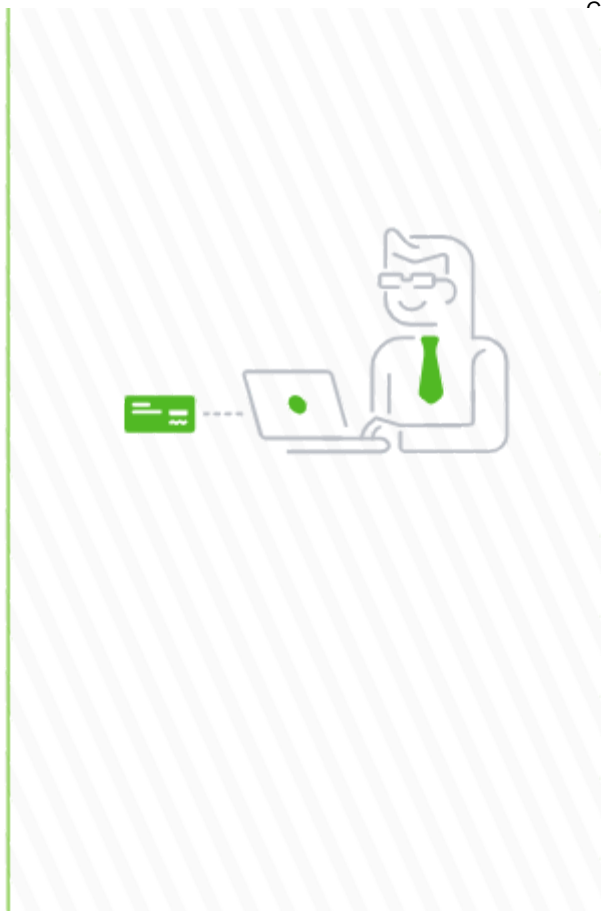
PUBLICIDADE

Cupom Americanas
Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino
Notebooks com até 25% de desconto!

Promoção Casas Bahia
Até 35% de desconto em Smart TVs

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

Preços recuam 0,21 % em novembro, menor inflação para o mês desde o Plano Real

Resultado do IPCA divulgado pelo IBGE nesta sexta-feira é a segunda deflação registrada em 2018

Pedro Ladislau Leite, Caio Rinaldi e Francisco Carlos de Assis, O Estado de S.Paulo

07 Dezembro 2018 | 09h08

Atualizado 07 Dezembro 2018 | 09h36

Como esperava a maior parte dos analistas, a **inflação** em novembro foi negativa. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) **caiu 0,21%**, informou na manhã desta sexta-feira, 7, o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). É a menor taxa para o mês **desde a criação do Plano Real**. Em outubro, o índice havia marcado alta de 0,45%.

A mudança da bandeira tarifária de **energia elétrica** contribuiu para o movimento, dizem analistas, já que passou de bandeira vermelha dois, com custo mais elevado, para bandeira amarela em novembro. A agência do setor já determinou que não haverá tarifa extra em dezembro.

Em nota, o analista do IBGE Pedro Costa explica que a energia elétrica foi responsável por diminuição de 0,16 ponto porcentual no IPCA. Ele aponta que os **combustíveis também causaram a queda**, derrubando os preços de transportes. "A queda nos combustíveis foi causada, principalmente, pela

gasolina, que caiu 3,07%. Foi o segundo maior impacto negativo individual, que foi 0,15 ponto percentual", afirma.

O arrefecimento dos preços que resultou na segunda deflação de 2018 foi ainda **mais forte do que as estimativas de analistas do mercado** financeiro ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que esperavam inflação negativa de 0,10%. A outra deflação marcada neste ano foi em agosto, quando o índice caiu 0,09%.

Em 12 meses, a inflação até novembro acumulou alta de 4,05 %. No ano, o índice aponta alta de 3,59%. A expectativa do mercado financeiro, segundo o último relatório Focus, aponta para o IPCA uma elevação de 3,89% ao fim de 2018.

O piso da meta de inflação do Banco Central é de 3%. Em 2017, o IPCA foi de 2,95%, obrigando o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, a se explicar em carta aberta ao então ministro da Fazenda Henrique Meirelles pelo descumprimento da meta.

Maior queda em transportes

Dos nove grupos de produtos e atividades, cinco tiveram quedas nos preços em novembro: habitação (-0,71%), transportes (-0,74%), vestuário (-0,43%), saúde e cuidados Pessoais (-0,71%) e comunicação (-0,07%). Os quatro grupamentos que não fecharam o mês com taxa negativa foram educação (0,04%), alimentação e bebidas (0,39%), artigos de residência (0,48%) e despesas pessoais (0,36%).

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- [Mercado reduz projeção de inflação e PIB, mas vê dólar mais valorizado em 2018](#)
- [Inflação menor com recuo do preço ao produtor](#)
- [Entenda como a inflação é calculada](#)
- [Entenda por que a sua inflação é diferente da do IBGE](#)

Mais conteúdo sobre:

[IPCA \[Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo\]](#)

[IBGE \[Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística\]](#)

[inflação](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom Americanas

Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino

Notebooks com até 25% de desconto!

Promoção Casas Bahia

Até 35% de desconto em Smart TVs

